



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**(Eixo Fundamentos do Serviço Social: Formação Profissional do/a
Assistente Social)**

**DEBATE FEMINISTA NO SERVIÇO SOCIAL: da gênese da
profissão, negação e possibilidades de aproximação.**

Maria Cecília Olivio¹
Maria Regina de Ávila Moreira²

Resumo: O artigo analisa diferentes expressões do debate feminista na história do Serviço Social, desde sua gênese no Brasil até o início dos anos 1980. Aborda discussões presentes na institucionalização da profissão entre as décadas de 1930 e 1940 e reflete sobre seu amadurecimento técnico e teórico, marcado pela incorporação da teoria social crítica e das pautas feministas. Conclui que a entrada do debate feminista no Serviço Social torna-se possível com o fortalecimento da perspectiva crítica na profissão, trazendo consigo avanços importantes, mas também contradições inerentes a esse processo.

Palavras-Chave: Feminismo; Serviço Social, História do Serviço Social.

Abstract: The article analyses the various expressions of the feminist debate throughout the history of Social Work, from its origins in Brazil to the early 1980s. It examines the discussions present during the institutionalization of the profession in the 1930s and 1940s and reflects on its technical and theoretical maturation, marked by the incorporation of critical social theory and feminist perspectives. It concludes that the integration of feminist debate into Social Work becomes possible with the consolidation of a critical professional orientation, bringing significant advancements as well as contradictions inherent to this process.

Keywords: Feminism; Social Work, History of Social Work.

¹ Assistente Social, Técnica Universitária de Desenvolvimento/UDESC, Doutora em Serviço Social. E-mail: mariaceciliaolivio@gmail.com.

² Assistente Social. Professora Titular do Departamento de Serviço Social UFSC. Doutora em Serviço Social. E-mail: reavila10@gmail.com



Introdução.

O debate feminista, no interior do Serviço Social, é bastante profícuo e apresenta uma gama de possibilidades de análises para a profissão. Nesse entendimento, pode-se identificar a influência de diversas correntes/teorias feministas, especialmente na produção teórica do Serviço Social a partir dos anos 1990. Mais recentemente, pode-se citar a influência do feminismo materialista francófono, do feminismo negro, decolonial e interseccional, dentre outros.

Além disso, para compreender de forma mais aprofundada os caminhos pelos quais o Serviço Social construiu sua trajetória e se consolidou como profissão e área de conhecimento, é importante analisar, entre outras dimensões, como o debate feminista se insere nesse campo. Com esse propósito, este artigo apresenta breves explicações sobre a origem da profissão e sua relação com o feminismo, contribuindo para a contextualização histórica desse debate no Serviço Social. Busca-se retomar elementos da gênese e da institucionalização da profissão, destacando como eles se articulam com o debate e a teoria feminista. Esse procedimento pode ser contributo para o movimento de entendimento, apropriação e desenvolvimento do debate feminista na profissão, especialmente no que se refere a sua produção e elaboração teórica, em consonância com os princípios do projeto ético-político profissional.

O processo de emergência e consolidação do Serviço Social no Brasil carrega as marcas de seu momento histórico. Nas palavras de Iamamoto (2017, p. 21), “a profissão, [...] é um produto sócio-histórico, que adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão”. Nesse sentido, a incorporação do debate feminista também se coloca nesse lugar, ou seja, também carrega as marcas dos diferentes momentos históricos nos quais se deu – e se dá – o debate.

Tendo isso em vista, o primeiro tópico busca apresentar o debate feminista no interior da institucionalização do Serviço Social nos anos 1930-1940. Em seguida, realizam-se breves considerações sobre o processo de amadurecimento da profissão e a incorporação da teoria social crítica, considerada como movimento relevante para a possibilidade de introdução do debate crítico profissional, com destaque para o debate feminista. Na sequência apresentam-se as considerações finais, argumentando brevemente que o processo de incorporação do debate feminista no Serviço Social é possibilitado pelo advento e amadurecimento da direção social crítica em seu interior, levando em conta que esse movimento é legatário de todo processo anterior da profissão e carrega, nesse sentido, seus avanços e suas contradições.

Relações entre o Feminismo e a institucionalização do Serviço Social.

O processo de agudização da questão social, com particular destaque a partir dos anos de 1920, demandou distintas respostas daquelas até então levadas a cabo pela burguesia brasileira. Conforme Iamamoto e Carvalho (2006), estas respostas se deram na direção do



adensamento de práticas de cunho caritativo e do aumento da participação da ação social da Igreja Católica em reação a tendência da diminuição de sua influência:

O Serviço Social, portanto, surge, num primeiro momento da iniciativa da Igreja, como fonte de “recrutamento e formação de agentes sociais” para a disseminação da doutrina (Carvalho, 1980 p. 48). A aglutinação de pessoas que estivessem subordinadas à Igreja foi fundamental para o surgimento da empreitada. Esse processo, totalmente vinculado à mudança da questão social, trouxe para a Igreja a necessidade de rever as críticas ao capitalismo, assumindo-o de forma a redirecionar moralmente a compreensão quanto às consequências de seu aprofundamento, sobretudo em relação à manutenção da família como o principal pilar da sociedade. (Moreira, 2003, p. 5)

Essa configuração, como uma medida de controle da população, com particular atenção para o controle da classe trabalhadora, se coloca como um dos pilares das primeiras direções de intervenção do Serviço Social, a partir do controle moral e do assistencialismo que, com o “[...] atendimento de necessidades emergenciais, foi o apoio para legitimar a aproximação com as bases operárias e promover a doutrinação, moralização e diluição dos movimentos reivindicatórios da classe” (Moreira, 2003, p. 6).

Essa necessidade/essa direção requer um perfil de trabalhadora(e)s para o Serviço Social que contenha elementos hegemonicamente reconhecidos como pertencentes às mulheres, desde aspectos morais e educativos às dimensões psicologizantes e de cuidado. Ao mesmo tempo em que se insere no processo social em curso, de expansão/ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho nacional (Olivio, 2021, p. 31)

Por seu turno, o movimento feminista no Brasil, nessa mesma quadra histórica – anos 1930-40 -, entrava em uma particular fase, legatária das movimentações das mulheres ainda no século XIX. Nas primeiras décadas do século XX tem-se uma “[...] movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho” (Duarte, 2019, p. 35). Em relação a isso, observa-se grande distanciamento entre as demandas e requisições que convergem na institucionalização do Serviço Social como profissão e sua interlocução com o feminismo que, naquele momento, se configura hegemonicamente como um feminismo burguês no país. Até porque,

Ainda que desde sua gênese o Serviço Social seja uma profissão que absorve em sua maioria mulheres, as requisições postas eram divergentes de qualquer coisa próxima às defesas pela emancipação feminina de um feminismo hegemônico incorporado no Brasil, que logrou ocupar parte da grande mídia naquele momento. Estava ainda mais distante das movimentações anarcofeministas ou mesmo classistas e potencialmente comunistas que também tinham lugar já nas décadas de 1920-30-40. (Olivio, 2021, p. 31)

Mesmo que possamos considerar ambos – feminismo burguês/liberal e serviço social - atrelados hegemonicamente a posições conservadoras nesse momento, eles apresentam diferentes posições dentro desse espectro. É assim que se pode observar o discurso, na ocasião da formatura da primeira turma de Serviço Social no Brasil, da oradora Lucy Pestana da Silva:

[...] Nesse contexto, porém, um aspecto bom veio a juntar-se: a mulher aprendeu a tomar uma atitude mais definida em face da vida. Uma corrente, procurando igualar o papel social feminino ao masculino, definiu-se de um modo falso e errôneo. Ao seu lado, porém, outra mentalidade surgiu: a de formar a personalidade feminina, dando-lhe pleno desenvolvimento, tornando-a apta a cumprir de modo eficaz o seu papel no lar e fora dele. Contra o feminismo do primeiro sentido, e contra o tipo do século 19, de ‘moça enfeite’ ou ‘objeto de prazer’, o nosso respondeu com críticas severas, que, todavia, ainda assustam



muita gente. [...] É deste aspecto que falo em segundo lugar. Se são muitas hoje as carreiras que se nos oferecem, não me parece feminino tomá-las indistintamente. De acordo com sua natureza a mulher só poderá ser profissional numa carreira em que suas qualidades se desenvolvam, em que sua capacidade de dedicação, de devotamento seja exercida. A mulher, e isto apesar de velho é descoberta recente, tem de ser... mulher. Como educadora é conhecida a sua missão. Abre-se-nos agora também com o movimento atual, mais um aspecto de atividade: o Serviço Social, que apresenta alguns setores especiais de atividade feminina. Formadas pela Escola de Serviço Social iniciam a carreira de assistente social¹.

É possível identificar, nesse discurso, questões que merecem destaque e que ilustram o lugar que o Serviço Social, em processo de institucionalização, buscava ocupar ao se distanciar do movimento feminista. Esse posicionamento atribuía ao feminismo uma suposta “outra função”, que, em análise mais aprofundada, se aproxima de uma postura antifeminista. Isso porque “[...] se alinhava, [...], às investidas antifeministas daquele momento, em defesa dos sagrados deveres femininos e que, portanto, as mulheres, [...], mesmo que se colocassem no trabalho fora de casa, não poderiam tomar todas as profissões indistintamente” (Olivio, 2021, p. 32).

Sendo assim, a profissão se coloca alinhada a uma reformulação necessária ao capital. Reformulação essa que, distante de negar o papel de cuidado historicamente atribuído às mulheres, ao feminino, referenda essa posição a partir da apologia a uma pretensa maior capacidade de dedicação e devotamento colada às mulheres/ao feminino e a necessidade de ampliação dos lugares de exploração do trabalho. É nesse sentido que, mesmo se colocando para os trabalhos “fora de casa” as mulheres, as assistentes sociais, reivindicavam para si esse lugar que não se distanciava “de casa”. Por isso, também, a necessidade de se colocarem contra todo o tipo de feminismo até então conhecido por elas, com destaque para aquele que reivindicava alguma possibilidade de saída de um enclausuramento de antigos preconceitos e rigidez cultural que impedia, inclusive – e talvez ainda hoje – acesso ao letramento de mulheres, por exemplo. Nessa direção, ainda que as atividades desenvolvidas profissionalmente pelas mulheres se debruçaram àquelas vinculadas aos papéis sociais historicamente construídos e naturalizados para as próprias mulheres, sair de casa possibilitou o avanço da organização e politização destas².

O que merece a devida atenção é que

Um dos principais elementos de mobilização das mulheres diz respeito ao aprendizado de despojamento quanto aos interesses materiais em razão de um “bem maior espiritual”, bastante apropriado para cumprir a tarefa de convencer a classe operária ascendente de valores que mobilizassem comportamentos cooptáveis. Mais importante que o exercício da caridade, sempre escassa por sinal, estava o desenvolvimento de um determinado tipo de prática junto à população, onde a moralização e o adestramento foram centrais. Por isso, o investimento na formação foi direcionado às mulheres. Não se comportou como uma decorrência de as mulheres já exercerem tais funções, mas porque isso significava uma intervenção direcionada a atuar sobre componentes culturais e sociais que potencializavam mascarar um contexto a partir da mobilização de valores morais ainda persistentes (Moreira, 2003, p. 6).

¹ Transcrição disponível em nota de rodapé 16, no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 172)

² Importante salientar que estamos falando de mulheres de uma determinada classe nos primórdios do Serviço Social. As mulheres pobres e negras no país sempre estiveram envolvidas com atividades laborais “fora de casa”, aqui já na suposta separação entre público e privado, mesmo que não institucionalmente reconhecidas.



Uma dimensão importante e, também contraditória, é a de que, ainda que reivindicando o papel feminino do cuidado, do devotamento e da dedicação, a emergência do Serviço Social se dá, necessariamente, num contexto de alargamento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal. Nesse sentido, convergem duas questões: 1) a necessidade de ampliação da exploração formal do trabalho pelo capital no país e 2) a contraditória oficialização/institucionalização da “inclusão” das mulheres no mercado de trabalho que carrega uma perspectiva moral e conservadora e enfrenta resistências de amplos setores. Poder-se-ia perguntar se essa “inclusão” das mulheres, com particular atenção para o Serviço Social – seria possível, naquele momento histórico, sob outra perspectiva, talvez mais ampliada e sem tanto recurso à essa dimensão conservadora? Como Moreira (2003, p. 7) afirma,

Se é verdade que o capital, pelo menos em princípio, não faz distinção de sexo, também não se concretiza desprezando outras bases de constituição social, o que se comporta como uma contradição a sua própria expansão. Portanto, a institucionalização do trabalho dos assistentes sociais ocorreu no processo de consolidação de diversas ocupações, da constituição sexuada da classe operária e da expansão das mulheres em carreiras profissionais. De um lado, o Serviço Social, como outras profissões, significou tal possibilidade, de outro, essa possibilidade também correspondeu ao controle sobre as próprias mulheres

Aqui é importante retomar que ao lado da ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho formal, o país estava, desde pelo menos 1918, com as greves operárias, sob forte influências dos movimentos sociais e ideias anarquistas e socialistas. Então, a emergência do Serviço Social também se dá como parte de uma tentativa do Capital, da Igreja e do Estado no enfrentamento das expressões da questão social “[...] marcadas pela entrada de homens e mulheres da classe trabalhadora na cena política, exigindo direitos, igualdade entre os sexos e liberdade” (Inácio, 2013, p. 140).

Corroborando com esta afirmação Marilda Iamamoto e Raul Carvalho (2006, p. 170, destaque dos autores) indicam que nas movimentações e relatórios do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, que surge em 1932 e é considerado como a manifestação original do Serviço Social no Brasil, pode-se identificar nitidez quanto ao sentido da ação social que se coloca dentro/na direção de ação das classes dominantes junto ao “[...] proletariado para afastá-lo de influências *subversivas*”.

A transcrição da apresentação no Congresso do Centro Dom Vital pelo CEAS em 1933 e o relatório do CEAS (1932-1934) indica, igualmente, essa compreensão e direcionamento que informam a gênese do Serviço Social no Brasil:

Por que, então, não datar de 1932 uma nova era na atividade social feminina?

É que até então a generosidade e o espírito cristão das Paulistas as impeliram a fundar obras de socorro e assistência para acudir um sem-número de males, foi somente em 1932 que as moças de São Paulo se interessaram pelo estudo metódico da questão social, pela ação nos meios operários nela abrangendo o problema do trabalho.

Logo no mês seguinte mons. Gastão Liberal Pinto, vigário-geral da arquidiocese, que se achava a par de nossos projetos, aconselhou-nos a continuar nossos trabalhos, e a 29 de agosto realizávamos a reunião preliminar de fundação do Centro pela leitura do projeto dos estatutos. Nessa reunião resolvemos não nos limitar preliminarmente aos estudos, como era nosso propósito, mas começar ao mesmo tempo nossa ação, aproveitando a oportunidade que nos ofereciam os serviços de assistência da retaguarda em que estávamos quase todas empenhadas, para entrar em contato com os meios operários,



nesse momento anormal muito trabalhado por elementos subversivos (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 170).

Fica, portanto, patente, que as protoformas daquilo que se desenvolveria no Brasil como Serviço Social e, desta maneira, também a sua gênese, se dão atreladas à necessidade que setores da Igreja Católica e das classes dominantes identificaram em tornar efetiva e com maiores rendimentos as iniciativas de filantropia e de respostas conservadoras às demandas e mobilizações da classe operária no país. Desta maneira, Miriam Inácio (2013, p. 140), indica que “As classes capitalistas promovem uma expansão da ação assistencialista por meio da criação de associações assistenciais e da militância católica, as quais se tornaram a principal base para o surgimento do Serviço Social”.

Nesse movimento surgem, em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre os anos de 1920 e 1930, alguns grupos pioneiros identificados como protoformas do Serviço Social: Ação social católica, organizada especialmente na Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Feminina Católica (JFC); a Liga das Senhoras Brasileiras e Liga das Senhoras Católicas (Iamamoto; Carvalho, 2006; Inácio, 2013).

Tal processo determina o lugar e as requisições postas a profissão em sua gênese (e em certa medida, que perduram até atualidade), ao mesmo tempo em que a distância dos movimentos sociais emancipatórios em processo de organização e resistência no país – já que a profissão se institucionaliza como uma forma de controle, moralização e higienização na resistência das classes dominantes à organização da(o)s trabalhadora(e)s. (Olivio, 2021, p. 34)

No mesmo sentido, também distancia o Serviço Social dos movimentos feministas, em qualquer que seja sua vertente, tendo em vista que para dar cabo das orientações, determinações e requerimentos da igreja católica e das classes dominantes a profissão em estabelecimento necessitava aceitar e reforçar “[...] a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas”, assumindo a “[...] consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e responsabilidades” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 172).

Sonia Maria Rocha Hercket (1991, p. 66) afirma que apesar do surgimento da profissão coincidir com a emergência do movimento sufragista de cunho liberal-burguês e movimentos calcados em perspectivas progressistas/esquerda, a “[...] identidade da mulher assistente social se constrói distante dos movimentos feministas e mais próxima das concepções religiosas, em nossa sociedade”. Portanto, a autora lembra que o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil nesse período “[...] não teve repercussão considerável entre a maioria da população, o mesmo ocorrendo entre as assistentes sociais, o que pode, inclusive, explicar sua posição antifeminista”. Mas, nos anos seguintes, verificamos também o processo de consolidação do Serviço Social no Brasil bem como possibilidade de maior vinculação da profissão a luta da classe trabalhadora, situando aí também o reconhecimento de suas/seus profissionais como parte da classe trabalhadora. Nesse caminho, podem-se identificar possíveis aproximações da profissão ao debate e teoria feminista.



Anos seguintes à institucionalização do Serviço Social no Brasil: da negação à possibilidade de aproximação com o feminismo.

O período do Estado Novo – presidente Getúlio Vargas de 1937-1945 -, apesar de trazer mudanças nas características técnicas da profissão, não faz o mesmo em relação ao perfil das características femininas requeridas. Marcado pelo surgimento e desenvolvimento das instituições assistenciais e previdenciárias, como o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) dentre outros, que se configuram como uma forma de resposta às demandas das classes operárias e carregam estreita vinculação com a burguesia nacional, configuraram-se como uma forma de controle social e, ao mesmo tempo, uma necessidade do processo de industrialização do país.

Assim, as novas “[...] necessidades sociais engendradas nesse processo determinavam e legitimavam a intervenção de profissionais tecnicamente qualificados, demandados a partir do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana” (Andrade, 2008, p. 270). É também nesse período que o Brasil estreita relações econômico-políticas com os Estados Unidos da América do Norte - EUA (pós- II Guerra Mundial e Guerra Fria).

É nesse momento que encontramos a aproximação do Serviço Social Brasileiro com o norte-americano, haja vista que buscou neste último “[...] desde o suporte filosófico, as teorias do conhecimento que dessem conta, principalmente, de responder as necessidades, até um suporte teórico-científico e técnico para a prática profissional” (Andrade, 2008, p. 278). Percebe-se que, a partir do contato com o Serviço Social do EUA, o conservadorismo do Serviço Social brasileiro ganha aspectos de tecnificação. De acordo com Marilda Iamamoto (2007a), processo esse sob as bases da teoria social positivista/funcionalista, que determina um novo arranjo teórico-doutrinário. Nas palavras da autora,

[...] o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador. O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão – que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino do Serviço Social – ocorre sob influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte-americana. Este universo intelectual, ao invés de produzir rupturas profundas com as tendências pragmatistas da profissão, as reforçam e atualizam. O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação - o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem” (Iamamoto, 2007a, p. 21).

Esse é o momento do surgimento da Legião Brasileira de Assistência – LBA (em 1942, pelas mãos da primeira-dama Darcy Vargas) e o “sistema S” – SENAI em 1942, SESI e SENAC em 1946. Essas instituições representam, para o Serviço Social, a materialização da ideia de que as assistentes sociais teriam de qualificar e educar a força de trabalho para o novo momento da economia brasileira. Naquele período,

O trabalho das assistentes sociais cresce nas empresas, direcionado especialmente para a qualificação da força de trabalho. Tem-se a saída de um período de moralização e



culpabilização da classe operária, bastante atrelado às concepções da doutrina social da igreja, em que por muitas vezes, o “dom” relacionado às mulheres bastava, para um período educativo da classe operária. Merece destaque que esse processo imprime tecnificação ao trabalho das assistentes sociais e permanece ligado ao padrão da mulher na sociedade e ao fato de ter passado para a fase desenvolvimentista, tampouco significa que foi eliminado o caráter moral no interior da profissão (Olivio, 2021, p. 36).

Assim,

A formação cristã humanista do assistente social funde-se ao caráter social da instituição, consolidando as chamadas práticas educativas – a exaltação das qualidades humanas, virtudes e energias morais, capazes de potencializar o indivíduo à sua reinserção no sistema. Entretanto, a militância no Serviço Social não é mais religiosa, ela passa a ser técnica sem, contudo, abrir mão das posturas anteriores (Andrade, 2008, p. 277).

Ou seja, ao tempo em que o Serviço Social não abandona as posturas moralizantes e conservadoras de sua gênese, incorpora a esse movimento um entendimento tecnicista que, de certa forma, referenda e fortalece sua posição. Atrelado a tal processo identifica-se então, um novo momento do Serviço Social Brasileiro, com o advento das teorias de caso, grupo e desenvolvimento de comunidade (DC), que compuseram a tríade metodológica que orientou a profissão nesse período. Os três processos são imbrincados e complementares entre si, mas o desenvolvimento de comunidade, particularmente, que carrega características semelhantes aos dois primeiros, se configura como uma incorporação da política desenvolvimentista dentro do Serviço Social, com forte estímulo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa política enfatizava a aceleração econômica, incentivada pela industrialização e modernização capitaneada pelos Estados Unidos. Ao Serviço Social caberia contribuir para o aprimoramento do ser humano, mesmo que o país convivesse com a existência de setores subdesenvolvidos (Andrade, 2008, p. 283).

É assim que, nas décadas de 1950-1960, vislumbram-se novos horizontes de inserção do Serviço Social no trabalho nas comunidades e na preparação da população para inserção no mercado de trabalho, tendo em vista a ampliação do flanco de atuação profissional, requisitando cada vez mais o trabalho comunitário:

A década de 1950-1960 traz ao Serviço Social essa dimensão do trabalho nas comunidades, de preparação da população para a entrada no mercado de trabalho. É o período de chegada das grandes montadoras, da indústria eletrodoméstica no Brasil. E é também o momento em que germina o movimento de reconceituação no país. Tantas mudanças não significaram alterações das características requeridas às assistentes sociais, que permaneceram vinculadas ao papel da mulher na sociedade, de forma conservadora, estimulando as características femininas do cuidado, da ajuda e da vocação, embora com viés tecnificado agora (Olivio, 2021, p. 37).

O processo de intensificação do trabalho comunitário provoca aproximação cada vez maior com as questões da classe trabalhadora, mas ainda sob bases teóricas conservadoras, tecnicistas e moralizantes. Essa posição da profissão só começa a ser questionada em finais dos anos 1970, com a intensificação dos movimentos sociais no país e com o processo da virada teórico-metodológica desencadeada no interior do Serviço Social e o fortalecimento da organização profissional como membro da classe trabalhadora, em um movimento de fortalecimento da organização político sindical da categoria.

A partir da segunda metade da década de 1970, o desenvolvimento das lutas e dos



movimentos sociais que portavam necessidades e demandas das classes subalternas, principalmente protagonizado pelo movimento operário, modificou o cenário da correlação de forças do processo de abertura democrática no Brasil. É este cenário conjuntural de efervescência da luta de classes que propiciou a condição política para a reorganização sindical dos assistentes sociais brasileiros. O fortalecimento da organização político-sindical da categoria profissional foi um determinante central para o acirramento da disputa de projetos societários e profissionais no interior do Serviço Social, demarcando o acelerar do processo de desenvolvimento e, posterior consolidação, da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo (Duriguetto; Rezende, 2019, p. 11–12).

Na América Latina, desde meados dos anos 1960, estava ocorrendo um processo de questionamento e reconfiguração das bases teóricas da profissão que foi denominado Movimento de Reconceituação³. No Brasil, particularmente, esse processo foi interrompido com o advento da ditadura civil-militar, a partir de 1964, pois as bases desse movimento estavam justamente na relação com movimentos e classes exploradas/subalternas que sofreram derrota com o advento do golpe. Só sendo retomado em meados da década de 1970, culminando com o Congresso da Virada, em 1979. A vertente de Intenção de Ruptura do Serviço Brasileiro, é legatária dessas movimentações. Mas é também dentro desse momento do ciclo autocrático burguês que “[...] se articulam as tendências sociopolíticas que mais imediatamente suportaram a perspectiva de intenção de ruptura”. (Netto, 2007, p. 257)

Esse processo impele a profissão, sua produção teórica e sua prática a se aproximar cada vez com maior intensidade das demandas de enfrentamento da realidade atrelada à classe operária/trabalhadora. Movimento este em consonância com o que acontece no conjunto das ciências sociais, de reaproximação e “redescoberta” da classe trabalhadora, no sentido mais imediato, naquele momento de enfrentamento e confronto com a ditadura. (NETTO, 2007)

Dois marcos se destacam neste contexto: a elaboração do Método Belo Horizonte (1975) e o III Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (CBAS): o Congresso da Virada (1979).

Mas essa virada não foi (e não é) ponto pacífico na profissão, a direção crítica está em constante disputa. Em respostas as movimentações provocadas pela reconceituação crítica do Serviço Social em direção a um Serviço Social latino-americano que se funde nas particularidades da América Latina e do Brasil, que vinha tomando corpo desde meados da década de 1960, levantam-se tendências de “renovação conservadora” também expressas, por exemplo, nos seminários de teorização sobre o Serviço Social de Araxá, em Minas Gerais, em 1967 e de Teresópolis, no Rio de Janeiro, em 1975. (Olivio, 2021, p. 39)

Apesar da base teórico-metodológica eclética e da presença interna de teorias desenvolvimentistas, no movimento de reconceituação, esse processo está imerso em uma coesão interna que se coloca

[...] na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em microespaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional. Os assistentes sociais assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados” na região (Iamamoto, 2019, p. 445).

³ O período de 1965-1975 é reconhecido oficialmente como o período oficial do Movimento de Reconceituação. No entanto, este segue ritmos e particularidades nos diferentes países de Nuestra América, em alguns casos estendendo-se até 1980.



As movimentações feministas também não passam ao largo de toda essa efervescência:

A década de 1960 traz contribuições significativas para o feminismo: chegam ao Brasil obras como: *O segundo Sexo*, publicado por Simone de Beauvoir, em 1949, na França, e *A Mística Feminina*, publicado por Betty Friedan, em 1963, nos Estados Unidos. Surge o movimento hippie e a pílula anticoncepcional; os primeiros núcleos de estudos feministas surgem nessa época. Em 1964, tem início a ditadura militar no Brasil, várias mulheres são presas e torturadas e as esposas ou companheiras de presos políticos criam o Movimento pela Anistia. Em 1969, a socióloga Heleieth Saffioti, considerada uma das grandes precursoras dos estudos sobre a condição feminina no Brasil, publica *A mulher na sociedade de classes*. Em 1975 é proclamado o Ano Internacional da Mulher e a ONU estabelece o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher (Lisboa, 2010, p. 71).

É tendo todo esse contexto como base que se vislumbra uma aproximação mais orgânica da profissão junto a movimento sociais e sindicais, bem como “[...] à teoria crítica, especialmente ao marxismo – destacadamente em suas expressões teórico-políticas na América Latina. Abre-se, com isso, a possibilidade de aproximação do Serviço Social às discussões e teorização feminista” (Olivio, 2021, p. 40).

Considerações Finais.

O movimento até aqui buscou acompanhar os distintos processos histórico conjunturais nos quais os Serviço Social e os sujeitos que o constituem se inseriu ao longo de sua trajetória de consolidação e na relação com o feminismo. Chegamos ao limiar dos anos 1980-1990, com o processo aprofundamento das bases teórico-críticas profissionais, da incorporação da teoria marxista e de seu constante aprofundamento. Também de uma relação cada vez mais aproximada com os movimentos sociais e sindicais que a profissão realiza ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, pode-se localizar nesse momento, no qual a profissão alcança condições e estatuto teórico-político de maior criticidade, a possibilidade do reconhecimento e ampliação de seu debate ético, político e teórico às dimensões de sexo/gênero, raça/etnia e classe.

É [...] no momento em que a profissão aprofunda seu debate sobre ética e marxismo que se pode visualizar a introdução do debate feminista, já sob a vigência das discussões da categoria gênero. Esse processo ocorre especialmente nos anos de 1990, com a adoção da expressão gênero no Código de Ética (1993), na Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão e nas diretrizes curriculares (1996) – expressões concretas do Projeto Ético-Político Profissional (PEP) hegemônico (Inácio, 2013). Merece destaque que, desde fins da década de 1980, especialmente pós-queda do Muro de Berlim, a teoria crítica vinha sofrendo sistematicamente inflexões. O avanço do capitalismo, em sua “cara” neoliberal se coloca intensificando, no âmbito das relações sociais, aspectos de fragmentação e individualismo. (Olivio, 2021, p. 40)

Levando em conta todo esse processo e a compreensão de que o Serviço Social, como qualquer outra profissão no interior da atual ordem societária, integra a lógica capitalista e atende as necessidades de reprodução da força de trabalho, entende-se que o Serviço Social, como não poderia deixar de ser, desde sua gênese move-se por caminho sempre e cada vez mais contraditórios. E, igualmente, acompanha o movimento da conjuntura, já que parte e constituinte.



Tendo esta posição,

[...] é importante ressaltar que a profissão, acompanhando o movimento do real e da conjuntura, nos diferentes momentos históricos vai se posicionando, paulatinamente, no campo da produção teórica crítica, ao mesmo tempo que serve e é funcional aos interesses do capital. Se considerarmos o significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, a(o) assistente social reproduz, ao mesmo tempo e contraditoriamente, interesses da burguesia/capital e da classe trabalhadora/trabalho e nesse sentido, pode optar e fortalecer um projeto ético-político vinculado aos interesses da classe trabalhadora (Barroco, 2012; Iamamoto, 2007b). Essa contradição não seria diferente no processo de incorporação da discussão feminista [...]. (Olivio, 2021, p. 41)

A partir dos anos 1990 observa-se a introdução do debate e dos avanços das posições feministas no Serviço Social, especialmente a partir da introdução da categoria gênero nos documentos da categoria. Esse movimento é legatário de todo processo anterior discutido até aqui e carrega, nesse sentido, seus avanços e suas contradições também. Por fim, considera-se importante destacar que sob a influência de pensadores marxistas, especialmente Antônio Gramsci e Gyorgy Lukács, o Serviço Social tece/repõe em novos patamares a discussão profissional em suas diversas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e isso possibilita uma das bases essenciais para todo o processo de aprofundamento crítico da profissão e ampliação de suas posições e direcionamentos no que se referem as expressões da exploração-dominação de classe, sexo/gênero e raça/etnia, dentre outras dimensões que informam o estatuto teórico, ético e técnico do Serviço Social⁴.

Referências

ANDRADE, M. A. R. A. DE. O Metodologismo e o Desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro - 1947-1961. **Serviço Social & Realidade**, v. 17, n. 1, p. 268–299, 2008.

BARROCO, M. L. S. Materialidade e Potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. Em: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (Ed.). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 27–109.

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. Em: HOLLANDA, H. B. DE (Ed.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25–47.

DURIGUETTO, M. L.; REZENDE, J. Z. Movimentos Sociais e Serviço Social: a virada de 1979. **Temporalis**, v. 19, n. 38, p. 11–23, dez. 2019.

HECKERT, S. M. R. Identidade e mulher no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, v. Ano XII, n. 36, ago. 1991.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 13–38, abr. 2017.

⁴ Veja-se, como exemplo, as produções das autoras feministas no Serviço Social como Telma Gurgel, Renata Gonçalves, Mirla Cisne, Teresa Kleba Lisboa, dentre outras. A eferescência do debate sobre o racismo e a luta de classes, e suas interlocuções com o serviço social, em que destacamos as contribuições recentes de Cristiane Luiza Sabino de Souza.



IAMAMOTO, M. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social da Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. DE. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo / Lima (Peru): Cortez / CELATS, 2006.

INÁCIO, M. D. O. **A Emancipação das Mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições e dilemas das relações entre marxismo e feminismo. Tese de Doutorado—Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 1, p. 66–75, jun. 2010.

MOREIRA, M. R. DE Á. **A Constituição de Gênero no Serviço Social**: um estudo a partir das manifestações de empregadores e assistentes sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVIO, M. C. **Feminismo e Capitalismo: contribuições teóricas a partir do Feminismo Materialista Francês**. Tese de Doutorado—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.